

DIÁLOGOS SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A TEORIA MARXISTA

Venícius Bernardo do Nascimento ¹

Larissa Gomes Pereira ²

Ruth Maria de Paula Gonçalves ³

RESUMO

Através da ideia de racismo estrutural, afirmamos com base no Materialismo Histórico-dialético, que a população negra é afetada intensivamente pela crise estrutural do capital no Brasil. Essa população apresenta o maior índice de morte, pobreza, baixo acesso à educação, saúde, saneamento básico, entre outros. Desse modo, o racismo é compreendido como estruturante da sociabilidade capitalista, uma vez que a relação de opressão entre alguns indivíduos em detrimento de outros é uma condição intrínseca do capital, que tem os processos sociais de reprodução ligados aos processos educacionais. Diante desse contexto que produz e reproduz violências raciais, faz-se necessário debater sobre a importância dos processos de formação de professores serem estruturados por meio dos debates da educação antirracista. Em vista disso, este artigo tem como objetivo discutir uma perspectiva de educação antirracista e formação de educadores sob um viés marxista. Em contato com a literatura científica, percebeu-se que a formação do educador vai muito além da conclusão de um curso de graduação, o processo de formação é contínuo, ou seja, o término de uma graduação acaba sendo apenas o início do processo. Parte da construção de carreira dos professores depende de uma busca constante pelo saber crítico da prática pedagógica. Nesse sentido, a perspectiva de formação de educadores estruturadas sob um viés antirracista emerge como potente, principalmente quando se trata de processos de formação que visam uma educação emancipatória, uma vez que o racismo é uma questão mundial que estrutura o sistema capitalista.

Palavras-chave: Formação de educadores, Educação antirracista, Marxismo.

INTRODUÇÃO

O racismo, como elemento estruturante das relações sociais, vai além de uma questão puramente ética, configurando-se como uma relação social imersa em materialidade e historicidade (Almeida, 2021). Tal pensamento coaduna com o que nos diz Devulsky (2021), uma vez que este autor, sustenta que a reprodução do capitalismo opera por meio de uma camada étnica que permeia a força de trabalho, manifestando-se na construção e manutenção de uma hierarquia social baseada em critérios raciais.

¹ Mestrando do Curso de Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, veniciusbernardopsi@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, imlarissagomesp@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutorado em Educação, Universidade Estadual do Ceará - UECE, ruthm.goncalves@uece.br.

Mendes e Rostas (2024), adotando a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), argumentam que a escravização foi responsável por construir uma representação subalternizada da pessoa negra. Segundo os autores, essas representações não surgem de ideias abstratas de inferioridade racial, mas são moldadas pela realidade concreta do racismo, que se manifesta de várias formas ao longo da história. Em outras palavras, as ideias de subalternização racial não são a origem do racismo, mas o produto de condições materiais e históricas, como o racismo institucionalizado engendrado pelo capitalismo, que fortalecem e reproduzem tais representações.

A exploração e a desumanização em razão da raça revelam desigualdades profundamente enraizadas na sociedade. Marx e Engels (2015) argumentam que no capitalismo, a exploração se torna uma característica central das relações de produção, despojando a classe trabalhadora de seus direitos e dignidade; situação que é agravada por fatores raciais, os quais têm sido historicamente utilizados para legitimar a opressão de grupos específicos. Neusa Souza (1983) acrescenta que a sociedade escravista determinou o negro como escravizado, demarcando seu lugar de subalternidade. A autora aponta que o processo de atribuição de características negativas às pessoas negras teve como principal objetivo limitar e restringir sua participação social.

Nesse sentido, o racismo não pode ser entendido como uma mera ideia abstrata ou um conjunto de preconceitos, mas como um sistema estruturado em práticas sociais discriminatórias e desiguais (Mendes; Rostas, 2024). Bento (2022) evidencia a materialidade do racismo ao destacar que, no século XIX, o tráfico de pessoas negras foi uma das principais fontes de lucro para o Brasil, gerando mais de 1 trilhão de reais em riquezas, considerando apenas um terço dos escravizados.

Dessa forma, Bento (2022) nos apresentou que os escravizados foram um dos motores da economia colonial, isso vem totalmente de encontro com o que Souza (2021) afirma que o capitalismo no Brasil tem sua origem no colonialismo e na escravidão, os quais criaram relações desiguais de produção e reprodução do capital. Portanto, embora o capitalismo tenha se complexificado e transformado ao longo do tempo, sua essência, que busca ocultar essas relações desiguais, permanece inalterada (Mendes; Rostas, 2024).

Para além da escravização de pessoas não brancas, Silva e Bertoldo (2010) trazem à tona a reflexão de que o racismo se camufla nas relações sociais de classe. No entanto, a desigualdade racial mostra-se nitidamente quando analisamos a estrutura social. Por exemplo, 69% dos cargos gerenciais no mercado de trabalho são ocupados por brancos, enquanto apenas 29,5% são ocupados por negros (IBGE, 2022). Além disso, a população

negra apresenta os maiores índices de desocupação laboral, com 12,0% de pretos e 52,0% de pardos (IBGE, 2022). A desigualdade também se reproduz no trabalho informal, em que 32,7% das pessoas brancas estavam em condições trabalhistas informais, enquanto esse percentual foi de 43,4% entre os pretos e 47,0% entre os pardos (IBGE, 2022).

Mbembe (2016) afirma que a vida de certos indivíduos é subordinada à lógica da morte, onde a racialização implica não apenas na exclusão, mas também na possibilidade de eliminação. Isso se conecta à forma como a exploração racial se manifesta em diversas áreas, como o mercado de trabalho, onde pessoas de grupos raciais marginalizados muitas vezes enfrentam salários mais baixos e condições de trabalho desfavoráveis.

Essa disparidade se estende ao campo da educação, que, em uma sociedade capitalista, também integra o sistema de opressão racial. Marx e Engels (2007) argumentam que as ideias dominantes são a expressão ideal das relações materiais dominantes; ou seja, são as ideias que refletem e perpetuam as relações que fazem de uma classe a classe dominante, legitimando sua posição de poder. Em adição, Silva (2019) afirma que as noções de raça estão ligadas ao racismo estrutural, que se refere às práticas e normas que perpetuam a desigualdade racial em diversas instituições, como no sistema educacional e sistema de justiça.

Acerca do sistema de justiça, Tonet (2017) afirma que embora esteja havendo avanços em termos de direitos específicos em questões como racismo e homofobia, por exemplo, de modo geral, a imposição dos desejos da burguesa ganha dos direitos da classe operária, tanto nas relações entre países quanto nas questões dentro das nações. O autor acrescenta: “Também é claramente visível que as instituições políticas democráticas, os direitos da cidadania e os valores e normas próprios desse sistema são cada vez mais atropelados e vilipendiados.” (Tonet, 2017, p. 1).

Nesse sentido, pensando no campo da educação, considerando que o racismo é uma realidade estrutural em nossa sociedade, é imprescindível que as escolas assumam um papel ativo no combate a essas violências, para haver ações efetivas no combate às desigualdades raciais. No Brasil, o Movimento Negro, enquanto educador e produtor de conhecimentos emancipatórios, tem questionado as políticas públicas quanto ao seu compromisso com a superação das desigualdades raciais (Gomes, 2017). É por essa lógica que chegamos no seguinte objetivo de pesquisa: dialogar sobre perspectivas de uma educação antirracista para a formação de educadores sob um viés marxista.

METODOLOGIA

Este ensaio teórico foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em um levantamento bibliográfico sobre educação antirracista, formação de professores e marxismo. As fontes de pesquisa foram escolhidas com o objetivo de proporcionar um embasamento crítico e dialógico entre essas temáticas, buscando conectar as demandas da formação docente com a luta antirracista e os pressupostos da teoria marxista.

O levantamento bibliográfico envolveu uma pesquisa nas bases de dados SciELO e Periódicos CAPES, utilizando os seguintes descritores: “educação antirracista”, “formação de professores”, “pedagogia crítica” e “marxismo”. Foram selecionados artigos, livros e capítulos de livros que tratam de questões teóricas e práticas relacionadas à educação antirracista e à formação docente, bem como textos fundacionais do marxismo que dialogam com o campo educacional.

Para o Materialismo Histórico-Dialético (MHD), a teoria é o movimento real do objeto materializado nas ideias do pesquisador, é o real reproduzido e interpretado no pensamento, pois, a abstração é uma capacidade puramente humana e um recurso indispensável para o pesquisador organizar e analisar as questões por ele levantadas. Bernardes (2010) declara que a realidade objetiva é a realidade que se transforma ao longo da própria história da produção humana e é identificada pelo MHD como a realidade concreta. Assim, o movimento constante de compreensão e de apropriação da realidade objetiva é mediado pelas generalizações conceituais como formas elaboradas do pensamento humano acerca da realidade, ou seja, assim elabora-se o concreto pensado (Bernardes, 2010).

Desta maneira, os dados foram analisados com base no Materialismo Histórico-Dialético, excluindo “qualquer pretensão de neutralidade” (Paulo Netto, 2011, p. 23), partindo do pressuposto que a escolha do método implica na relação do pesquisador com objeto. A análise das obras selecionadas seguiu uma metodologia de leitura crítica, buscando identificar pontos de convergência e divergência entre as abordagens antirracistas e marxistas, e como essas podem subsidiar a formação de educadores comprometidos com a transformação social.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Considerando que o racismo está profundamente enraizado em nossa sociedade, é imprescindível que as escolas atuem de maneira ativa no combate a essas formas de violência, uma vez que, historicamente, as instituições educacionais vêm perpetuando

desigualdades raciais. No Brasil, o Movimento Negro, enquanto ator político e intelectual, tem desempenhado um papel crucial ao questionar as políticas públicas educacionais e seu compromisso com a erradicação das disparidades raciais (Gomes, 2017).

Esse movimento enxerga a educação como um caminho fundamental para a emancipação social, promovendo práticas que enfrentam o racismo. Ou seja, a educação surge como um espaço poderoso para impulsionar a transformação social por meio de uma educação antirracista. Esta se concretiza por meio de estratégias pedagógicas, curriculares e institucionais que buscam alcançar a igualdade racial e combater ativamente a discriminação (Troyna; Carrington, 1990).

Historicamente, as escolas brasileiras relegaram as discussões sobre relações étnico-raciais a um segundo plano, negando o devido espaço à história e à cultura dos negros escravizados e seus descendentes. Contribuindo para a perpetuação anteriormente referida, esse silenciamento foi reforçado pelas políticas públicas de educação, pelos currículos escolares e pelos livros didáticos. Durante muitos anos, a educação básica no Brasil foi moldada por modelos eurocêntricos, que apresentavam a história sob a ótica dos colonizadores. Foi graças à luta dos movimentos sociais que algumas leis foram criadas para garantir a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, oferecendo uma visão mais plural sobre a formação da sociedade brasileira (Farias; Lins; Brião, 2021).

A construção de uma educação antirracista é, portanto, um processo complexo e contínuo, que demanda tempo e um compromisso sério com políticas públicas educacionais (Gomes; Faria, 2021). No Brasil, a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), representou um avanço significativo ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas. De acordo com Gomes e Faria (2021), essa legislação é um marco na construção de um currículo que valoriza a diversidade, contribui para a transformação das práticas escolares e fomenta uma pedagogia comprometida com a justiça racial.

Contudo, promover uma educação antirracista exige mais do que ações pontuais, como eventos comemorativos e atividades temporárias, especialmente durante o mês de novembro. É necessário um processo contínuo de formação de professores, que assegure uma base teórica sólida e legal para implementar práticas educativas que rompam com preconceitos e discriminações (Freire; Silva; Carneiro, 2023). Ferreira (2024) ressalta a

importância da formação docente sobre a temática racial na educação, destacando como essa formação pode promover uma prática pedagógica mais crítica e reflexiva.

CONCEITUAR FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A educação tem sido posta como meio para a emancipação, no entanto, como explica Tonet (2014), as estruturas do capital se encarregam de sufocar as tentativas de transformação do sistema educacional, tornando a ideia de emancipação por meio apenas da educação uma meta improvável. Uma vez que a categoria fundante do ser social é o trabalho, a educação não é redentora das mazelas sociais, embora seja um importante complexo social.

Porém, partindo do materialismo histórico-dialético entendemos que a formação crítica de professoras e professores é necessário, visto que as trabalhadoras e trabalhadores da educação acabam por atuarem em prol de uma educação comprometida com a emancipação humana ou com a manutenção de uma relação vertical e unilateral entre professor e aluno.

Para compreender a educação como um dos complexos relevantes da formação humana, é preciso que reconheçamos “o trabalho como gênese do ser social, fonte inesgotável do devir humano” (Paula; Moraes; Mendes Segundo, 2019, p. 2337). Dentro dessa perspectiva, Paula, Moraes e Mendes Segundo (2019) assinalam que, no contexto do capital em crise estrutural, as diretrizes educacionais são permeadas por concepções e paradigmas pedagógicos que ao serem analisados demonstram como servem para mascarar a realidade. Acerca dessa questão discorrem que a educação pode ser voltada para a formação do gênero humano ou como auxílio à reprodução do capital.

Portanto, consideramos que no rastro de seu pensamento, que a prática esvaziada de sentido presta um desserviço à classe trabalhadora, tendo em vista a fragilidade conceitual fomentada por teorias que não condizem com uma perspectiva onto-histórica do ser social e que, ao fim e ao cabo, não apontam para a formação do gênero humano, prestando, outrossim, auxílio à reprodução do capital. (Paula, Moraes e Mendes Segundo, 2019)

Lopes Júnior, Moraes e Gonçalves (2017), asseveram que é possível defender uma educação que fomente a autonomia intelectual e moral, problematizando a realidade alienada da sociedade, através da transmissão das formas mais elevadas e desenvolvidas do conhecimento socialmente existente. Entendemos que parte desse elevado conhecimento é possível pela objetivação do materialismo histórico-dialético, pois, este

método permite a análise do sistema capitalista vigente. Como afirma Tonet (2017), o capitalismo agrava cada vez mais os problemas da humanidade, assim sendo, a reconstrução da teoria revolucionária é uma das tarefas mais importantes neste momento, tendo em vista o colapso humanitário inegável.

Nessa perspectiva, Tonet (2017) aponta que o resgate do pensamento marxiano ocupa um lugar central na organização da classe trabalhadora, mas como munir mulheres e homens com uma teoria ainda tão marginalizada? Uma vez que este conhecimento vem sendo perseguido e silenciado historicamente. Além do mais, o marxismo é pouco difundido até nas universidades, então, como transmitir esse conhecimento? É um caminho difícil, mas acreditamos que professoras e professores podem trilhar caminhos para uma educação emancipadora.

Entendendo que os processos sociais de reprodução são intimamente ligados aos processos educacionais, assim, uma reformulação significativa na educação deve ser acompanhada de uma transformação social (Mészáros, 2008). Portanto, levando em consideração que o capital exerce influência direta em contextos sociais como a educação, numa sociedade capitalista não há chances de existir uma educação emancipadora concretamente, porém em meio a essa realidade seja possível desenvolver atividades educativas emancipadoras (Tonet, 2013).

Tonet (2014) reconhece que o sujeito que propõe o horizonte cognitivo mais elevado é a classe trabalhadora, posto que é ela “que coloca a possibilidade de fundar uma concepção de mundo que demonstre a radical historicidade e socialidade do mundo dos homens” (Tonet, 2014, p. 21). Assim, o autor considera que os espaços para a realização destas atividades são plurais: “Na sala de aula, em eventos dentro e fora do âmbito escolar, no laboratório, na pesquisa e publicação, em atividades de extensão, cursos e palestras, grupos de estudo e pesquisa, na participação nas mais diversas lutas dentro e fora do espaço escolar etc.” (Tonet, 2014, p. 21).

Em princípio, todo educador de qualquer área pode realizar esse tipo de atividade. Seja ele um professor de Física, Química, Biologia ou Filosofia e Ciências Humanas. Antes de ser físico, químico, biólogo ou filósofo e cientista social, todo professor é membro do gênero humano e, por isso mesmo, em princípio, a atividade que desenvolve deveria estar conectada com os destinos de toda a humanidade. Cada um deverá encontrar a forma específica, adequada à sua área de conhecimento (Tonet, 2014, p. 22).

Assim, segundo Tonet (2014) as atividades educativas de caráter emancipador são atividades delimitadas: “São atividades que estão articuladas, de modo direto ou

indireto, com a luta pela superação do capitalismo e construção de uma sociedade plenamente emancipada, isto é, comunista.” (Tonet, 2014, p. 23).

FORMAÇÃO DE PROFESSORES, LUTA ANTIRRACISTA E MARXISMO

A formação de professores se torna, nesse contexto, uma ferramenta crucial para reverter as práticas pedagógicas racistas. Ao ser inserida como um processo contínuo e crítico, ela contribui para que os educadores se tornem agentes ativos na transformação das relações de poder racial nas escolas. O objetivo não é apenas que o professor “reconheça” a importância da educação antirracista, mas que a incorpore de maneira orgânica em todas as suas práticas pedagógicas, articulando teoria e prática.

Segundo Marx, a emancipação verdadeira dos trabalhadores só pode ser alcançada com a abolição do sistema de exploração capitalista, em que a classe trabalhadora é alienada dos meios de produção. Para ele, “a emancipação política não é a forma última da emancipação humana” (Marx, 2007, p. 234), sendo necessária também a libertação econômica e social. Complementando essa visão, Mészáros (2002) afirma que a emancipação só pode ocorrer quando “a lógica do capital for transcendida” (Mészáros, 2002, p. 25), permitindo a criação de uma sociedade comunista em que os trabalhadores controlam democraticamente os meios de produção.

De acordo com a perspectiva marxista, a eliminação do racismo está intimamente ligada à extinção do sistema capitalista e à construção de uma sociedade comunista. Nesse contexto, as relações de produção, que se fundamentam na exploração de uma classe sobre outra, seriam abolidas. Ao eliminar essa exploração de classe e estabelecer uma sociedade em que todos têm controle sobre os meios de produção, as divisões raciais perderiam sua justificativa material. Mészáros (2002) enfatiza que a emancipação humana exige a superação das divisões impostas pelo capital, incluindo aquelas de natureza racial. Assim, na perspectiva marxista, o racismo é visto como uma consequência do capitalismo, e a luta contra ele deve ser integrada à busca pela emancipação econômica e social.

Nesta perspectiva, para uma luta antirracista efetiva, é necessário que essa luta seja, sobretudo, anticapitalista, visto que, como assinala Tonet (2014), a revolução proletária ocorre pela erradicação do trabalho assalariado e sua substituição pelo trabalho associado. Tendo em vista que a burguesia transformou a dignidade pessoal em um simples valor de troca e, “no lugar da exploração encoberta com ilusões políticas e

religiosas, colocou a exploração seca, direta, despudorada e aberta” (Marx e Engels, 2015, p. 65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que expomos até aqui, é preciso afirmar a importância da formação de educadoras e educadores, tendo em vista que uma educação, nessa perspectiva, deve caminhar em direção à emancipação e a uma luta antirracista. Portanto, entendemos que as possíveis direções que apontamos constituem uma construção de ideias voltadas a ultrapassar o determinismo ideológico burguês, as quais só podem ser pensadas pela classe trabalhadora organizada. Ou seja, não é possível construir tal panorama individualmente.

Assim, a formação de professoras e professores comprometidos com a causa operária permite uma articulação da classe trabalhadora e possibilita caminhos para a emancipação. Como afirmam Paula, Moraes e Segundo (2019, p. 2342)

Nossa luta, por fim, justifica-se em reconhecer que a classe trabalhadora necessita de uma educação que lhe possibilite uma concepção de mundo radicalmente diferente e superior àquela idealizada e consolidada pela sociedade burguesa. A educação burguesa tradicional, mesmo na forma mais elevada em que possa ser apresentada, ainda constitui um impeditivo à emancipação humana, daí, asseverarmos que a educação destinada à classe trabalhadora tem de ser revolucionária.

Concluimos afirmando a necessidade de mais pesquisas na área, com a finalidade de promover uma maior articulação de pessoas à luta por emancipação humana, que assumam o desafio de articular a formação de professoras e professores voltada para a emancipação. Assim, a partir das autoras e autores supracitados, reconhecemos que apenas com a destruição do trabalho assalariado e a produção de uma nova sociedade será possível vislumbrar a destruição estrutura do racismo, entendendo que a educação antirracista por si só não extinguirá o racismo.

Assimilamos que é preciso continuar a debatê-la em diálogos que promovam contraposições ao sistema capitalista a fim de coletivamente produzirmos uma consciência acerca da desumanização que alguns corpos sofrem ao serem explorados por causa das manifestações racistas engendradas pela sociabilidade do capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Marxismo e Questão Racial**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- BENTO, C. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022
- BERNARDES, M. E. M. O método de investigação na psicologia histórico-cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. **Rev. psicol. polít**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 297-313, 2010. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de maio de 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: MEC, 10 jan. 2023. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.< Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. LDB: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: MEC, 23 dez. 1996. Disponível em:
>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.< Acesso em: 20 maio 2024
- DEVULSKY, A. Estado, Racismo e Materialismo. In: ALMEIDA, S. **Marxismo e Questão Racial**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. cap. 1, p. 11-22.
- FARIAS, C; LINS, M; BRIAO, G. Educação antirracista: convite a insubordinação criativa. **Revista Ambienteeducação**. São Paulo, Universidade Cidade de São Paulo, v. 14, n. 1, p. 88-110, an./abr. 2021. Disponível em:
><https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/1018/0>.<A Acesso em: 24 maio 2024.
- FERREIRA, A. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, MT, v. 21, n. 46, p. 275-288, 2024. Disponível em: ><https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/408>.< Acesso em: 29 maio 2024
- FREIRE, R; SILVA, E; CARNEIRO, F. Encruzilhada dos saberes: caminhos e possibilidades para uma educação afro referenciada. **RESC Revista de Estudos Socioculturais**, v. 3, n. 1, p. 106-120, jan./ jul. 2023. Disponível em:
<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RESC/article/view/5276/3864>. Acesso em: 27 outubro 2024
- GOMES, A; FARIA, R. A construção de uma educação antirracista: um ensaio acerca das ideias de Bell Hooks. **Direitos Humanos e Educação**, v. 4, n. 1, p. 283-298, 2021.

Disponível em: >[https://revista.](https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/5517)

[uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/5517](https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducacao/article/view/5517).< Acesso em: 29 maio 2024.

GOMES, N. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca- -o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 28 maio 2024

LOPES JÚNIOR, A. D.; MORAES, B. M. de; GONÇALVES, R. M. de P. As contribuições de Vigotski para o cenário educacional brasileiro: as funções psicológicas superiores em foco. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 8, n. 1, p. 72–88, 2017. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i1.802. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6903>. Acesso em: 5 nov. 2023.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 229-247.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolíticas**. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: Arte & Ensaios, n. 32, p. 128, 2016.

MENDES, Diego Maradona da Hora; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães. O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO MÉTODO DE PESQUISA PARA AS QUESTÕES RACIAIS: uma análise a partir do estado do conhecimento. **Periferia, [S. l.]**, v. 16, n. 1, p. e76843, 2024. DOI: 10.12957/periferia.2024.76843. Acesso em: 26 out. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PAULA, Ruth de; MORAES, Betanea; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **Teorias da educação e formação do educador: contra o esvaziamento do conteúdo e a favor de uma práxis revolucionária**. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. 4, p. 2333-2344, out./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i4.12044>.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 1.ed, 64p.

SILVA, Neusa Santos. **A construção social da diferença: raça e gênero**. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2019.

SILVA, J. B; BERTOLDO, M. E. O racismo como subproduto da sociedade de classes. **Espaço Acadêmico**,10(112), 108-113. Disponível em:

><http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10666/5975><

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Revista Fim do Mundo**, Marília, SP, n. 4, jan./abr. 2021. Disponível em:

><https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173/7066><

SOUZA, N. **Tornar-se Negro**. ed. 2. Graal, 1983.

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, p. 9–23, 2014. Disponível em:

<<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5298>>. Acesso em: 4 set. 2023. TONET, I. **Atividades educativas emancipadoras**. 2013. Disponível em: <<http://ivotonet.xp3.biz>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

TONET, I. **A formação de professores e a possibilidade de formação humana**. 2017. Disponível em: <<http://ivotonet.xp3.biz>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

TONET, Ivo. **O fim da democracia burguesa**. Maceió, 13 fev. 2017. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/O_FIM_DA_DEMOCRACIA_BURGUESA.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

TONET, Ivo. Recomeçar com Marx. IN: Lisboa: Praxis Magazine, 6/7, 2017. https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Recomecar_com_Marx.pdf Acesso em: 2 set. 2023.

TROYNA, B; CARRINGTON, B. **Education, racism and reform**. London: Routledge, 1990.